



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Amaury da APPD. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Enfermeira Nazaré Lima expressou ser um grande prazer ter novamente a presença da população na galeria anexa ao Salão Plenário. Deu boas vindas a um grupo de estudantes da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal do Pará – UFPA, que veio acompanhar a sessão para entender melhor o funcionamento desta Casa. Lamentou o falecimento da cantora Marília Mendonça, comentando que ela tinha grande influência em nossa sociedade - sendo muito popular - e quebrou os padrões de beleza impostos pela mídia nacional e internacional. Repudiou um artigo do colunista Gustavo Alonso, publicado no jornal Folha de São Paulo, considerando que ele deixou de dar destaque às qualidades de Marília Mendonça e não teve a empatia necessária em um momento delicado. Para muitos intelectuais brasileiros ela era uma desconhecida, ajuizou, mas para a maioria do povo suas canções tocavam nas questões que atingem a todos no dia-a-dia. Mudar a cultura de beleza é extremamente desafiador, pois o preconceito é um alimento para a indústria fonográfica e para a mídia, que insistem em apostar em um padrão de beleza europeu, pautado na magreza e na branquitude, ponderou. Esquecem assim que temos nossas peculiaridades, que nossa sociedade é plural e devemos ser inclusivos, acentuou, porque somos vários e diversos neste país miscigenado. Tal mudança, postulou, deve começar em nossas casas, nas escolas e também deve ocorrer neste parlamento, que precisa representar a todos e todas. Observou depois que as longas filas formadas em frente aos Centros de Referência e Assistência Social – Cras decorriam da extinção do programa Bolsa Família. As famílias receavam não serem incluídas como beneficiárias do programa substituto, o Auxílio Brasil, e corriam às unidades do Cras. Após dezoito anos, historiou, chegara ao fim o Bolsa Família, um programa que, apesar dos posicionamentos contrários, beneficiou 22 milhões de famílias, tirando-as da linha da pobreza. Beneficiou, em verdade, a todos, apontou, pois não somos uma ilha e a fome do outro pode vir a nos atingir em algum momento, através da violência, da insegurança alimentar e da insegurança civil. O programa Bolsa Família foi uma iniciativa que privilegiou as mulheres, visto que elas recebiam o dinheiro, dando-lhes autonomia, reputou, destacando que o benefício retornava à sociedade porque permitia a movimentação da economia. O programa substituto, o Auxílio Brasil, não tem dotação orçamentária, possui regras muito distintas e, infelizmente, muito indefinidas, pontuou. É necessário um projeto para superação das desigualdades em um país que foi construído a partir delas, lucubrou, deixando para negros e negras as profissões subalternas e os piores indicadores sociais. Parabenizou, por fim, o vereador Goleiro Vinícius pela passagem de seu aniversário. Em aparte, manifestaram-se as vereadoras Lívia Duarte e Dona Neves. Roni Gás clamou ao prefeito Edilson Rodrigues pela realização de serviços emergenciais para sanar ou reduzir o sofrimento das pessoas que têm suas casas alagadas nas regiões periféricas da Avenida Augusto Montenegro, nos bairros da Cabanagem, Parque Verde e Tapanã e no Conjunto Sideral. Explicitou precisar de uma resposta da Prefeitura Municipal de Belém – PMB através da Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan sobre o que seria feito a respeito, pois acompanhava diuturnamente os problemas enfrentados pela população dessas áreas. Embora não fosse engenheiro, atestou, constatara que com uma simples limpeza, utilizando máquinas pesadas para retirar o entulho e a areia que assoreavam os canais que drenavam essas regiões, já haveria bons resultados. No dia anterior, relatou, houve mais uma tarde de terror no Bairro da Cabanagem e também recebeu pedidos de ajuda de moradores de outras localidades. Não conseguia entender a demora do poder público municipal em socorrer essas populações, confessou, e precisava ver uma demonstração de boa vontade da PMB em atenção a essas demandas. É preciso iniciar a execução de obras de



drenagem dos canais do Ariri e do Mata Fome, que cortam o Bairro da Cabanagem e uma parte do Conjunto Sideral, alertou, pois a população não suportava mais esperar. No projeto do Plano Plurianual – PPA, notificou, o Canal do Ariri figurava como ainda em estudo para futuras obras e o Canal do Mata Fome já constava como em execução, mas pelo menos os dois deveriam receber obras, pois a população precisava que assim fosse. Pediu o apoio dos demais parlamentares a essa causa. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Fábio Souza reportou-se também aos problemas associados às bacias hidrográficas de Belém, que são catorze no total. Setenta por cento da área urbana de nosso município é formada por ocupações irregulares e o território continental está em média quatro metros abaixo do nível do mar, frisou. Em consequência, continuou, há áreas submetidas a constantes alagamentos e áreas onde ocorrem alagamentos intermitentes. Desse modo, avaliou, para solucionar o problema seria necessário formar uma força tarefa envolvendo o município, o estado e a União. Destacou o prejuízo sofrido anualmente pelas famílias atingidas, que perdem seus móveis, utensílios e até a vida com as enchentes. Há efeitos colaterais graves à saúde, ocorrendo inúmeros casos de dengue, leptospirose e outras doenças, acrescentou. A cidade tem um plano municipal de saneamento básico que é considerado um dos melhores do Brasil, mas ainda não foi posto em prática, e a grande maioria das bacias hidrográficas não sofreu intervenção do poder público, considerando todas as esferas, aditou. Lembrou ter sido aprovado por este parlamento um empréstimo de 500 milhões de reais para que o prefeito cuidasse da infraestrutura da cidade. Ressaltou confiar que isso seria feito, salientando que 2021 ainda foi um ano pandêmico, marcado pela segunda onda da covid-19, sendo imperativo que todos os esforços convergissem para enfrentá-la. O próximo ano, entretanto, tem características diferentes e - com a aprovação do Plano Plurianual para o período 2022-2025 e da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 - é necessário que esta Casa fique atenta à atuação da PMB, advertiu. O governador Hélder Barbalho não tem se furtado a ajudar, atuando conjuntamente com a Prefeitura, caracterizando uma gestão voltada para as necessidades do povo de Belém, sem disputas políticas, complementou. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah pediu apoio aos demais vereadores para aprovação de um requerimento em apoio à ação, que considerou legítima, da Polícia Militar do Pará – PMPA contra um artista que cometia o ilícito de, durante uma apresentação, fazer apologia ao crime, estimulando o uso de drogas e ofendendo os policiais. É fundamental valorizar a família, proteger as crianças e os jovens, afastando-os da violência e das drogas, preconizou. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Juá Belém e Fábio Souza. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino manifestou concordância com o posicionamento anterior do vereador Roni Gás, julgando ser necessário dar respostas urgentes e emergenciais para os problemas da cidade, auxiliando as comunidades que sofrem. Alegou depois que o Bolsa Família seria substituído por um programa, o Auxílio Brasil, que pagaria um valor maior e que as longas filas formadas nas unidades Cras não se deviam ao temor das famílias de ficar sem receber auxílio financeiro. Glorificou a Deus pela saúde do prefeito Edmilson Rodrigues, lembrando que ele recebera um bom tratamento ao adoecer de covid-19 no Hospital da Beneficente Portuguesa e no Hospital Porto Dias. Findo este pronunciamento, o vereador Pablo Farah justificou sua ausência do restante da sessão motivada por compromissos externos. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro referiu-se ao impasse, na Câmara Federal, durante a votação em 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021 (PEC 23/2021), conhecida como PEC dos Precatórios. O projeto adia o pagamento de dívidas do governo federal, já transitadas em julgado, junto a diversas entidades e servidores da própria União. Justificava-se este adiamento afirmando que o montante obtido, cerca de noventa bilhões de reais, permitiria o pagamento do Auxílio Brasil à população carente do país, registrou. Entretanto, contrapôs, isso não é verdade, pois diversos estudos mostravam que a suplementação do Bolsa Família seria possível sem essa suspensão de pagamento. Chamou a atenção para o fato de que, havia dois dias, um bilhão e duzentos milhões de reais foram disponibilizados na liberação de emendas para comprar o voto de deputados federais. Além disso, denunciou, as emendas secretas, ou emendas do relator, destinavam quinze milhões de reais a cada deputado federal que votasse pela aprovação da PEC 23/2021, conforme declarações de vários deputados do MDB. Jair Bolsonaro tentava melhorar sua reputação usando dinheiro público, comprando para isso os votos dos deputados. Buscaria depois aumentar sua popularidade, visando à reeleição, analisou. Aludiu depois ao pedido de demissão feito por trinta e três funcionários de carreira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP por terem sofrido assédio moral, fato ocorrido a duas semanas da data marcada para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, colocando em risco sua realização. Aludiu também ao antiprêmio Fóssil do Ano, ganho pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 – COP 26 devido ao péssimo tratamento dado pelo governo federal aos povos indígenas durante a pandemia. Pela liderança do PT, Bia Caminha mencionou a COP 26 salientando sua importância e sua relação com a realidade de nossa cidade, do Pará e da Amazônia. Asseverou que seu mandato tem compromisso com as pautas climáticas, tendo orgulho por ter sido citada durante a conferência na semana anterior.



Agradeceu ao projeto Clima de Eleição e à rede Mandatos C, mandatos comprometidos com a luta contra as mudanças climáticas, por acompanharem sua atuação, particularmente em relação às discussões sobre a Amazônia. Como ativista de esquerda, acreditava ser necessário mudar o sistema para combater as desigualdades sociais, que permeavam as vidas de todos, nas cidades e na floresta. A floresta, sobrelevou, é frequentemente imaginada como um lugar sem gente, o pulmão do mundo, sempre gerando benefícios a outros países, enquanto os povos originários ficam na pobreza, vítimas da desigualdade, que se aprofundava cada vez mais. O programa Bolsa Família teve um impacto muito maior na região amazônica e no Nordeste do Brasil, comentou, pois são regiões mais pobres que o restante do país, onde a renda média da população é muito menor. Durante os governos do PT, evidenciou, foram criadas três universidades públicas no Pará, somando-se à UFPA. Relevou a importância e o impacto disso na Amazônia, pois pela primeira vez há pessoas produzindo ciência em cidades como Santarém e Marabá, havendo, além disso, mais de oitenta campi da UFPA e vários campi da Universidade Estadual do Pará – UEPA em municípios paraenses. A prática acadêmica muda a forma como vivemos e pensamos a Amazônia, declarou. O governo federal não enviou à COP 26 representantes de movimentos sociais, lideranças indígenas ou lideranças que representassem a totalidade do povo brasileiro, criticou. Ao invés disso, encaminhou à conferência somente membros da cúpula branca, machista e misógina, que destrói o país e aprofunda as desigualdades sociais, opinou. Externou sentir muito orgulho por ter atuação política, sendo jovem, negra e LGBT, sendo seu mandato citado na COP 26 como um dos mandatos brasileiros atuantes no combate às mudanças climáticas. Pela liderança do PSC, José Dinely pediu apoio a seus pares à aprovação do projeto de lei de sua autoria estabelecendo a obrigatoriedade de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras (ou de sistema que integre e supra essa função) no horário de atendimento ao público nas agências bancárias de Belém. Informou que o projeto entraria em discussão na sessão ordinária do dia seguinte, enfatizando sua importância ao permitir um melhor atendimento às pessoas portadoras de deficiência auditiva nas agências bancárias de nosso município. Sendo bancário havia muitos anos, testemunhou que os funcionários dos bancos, em sua imensa maioria, não estavam preparados para atender pessoas com deficiência auditiva. Com a aprovação do projeto, as agências bancárias seriam obrigadas a disponibilizar pessoas capacitadas a se comunicar com essa clientela, indicou, expondo que atualmente usava-se mímica para tentar a comunicação. Contou ter passado três anos estudando a Libras e isso favoreceu seu diálogo com as pessoas deficientes auditivas. Pela liderança do PSB, Fábio Souza reconheceu haver problemas graves no país, incluindo a corrupção, que nos prejudicava desde a retomada da nossa frágil democracia. Defendeu, porém, que fossem debatidos em plenário os problemas relacionados mais diretamente à cidade de Belém e ao povo paraense. Sendo eleito pelo povo de Belém, tinha que tratar prioritariamente das questões pertinentes à população de nossa capital, das dificuldades que a afligiam. É essencial focar nos problemas que assolam a cidade, que não são poucos, e ajudar o Executivo Municipal a alcançar os objetivos prometidos durante a campanha eleitoral, sustentou. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Amaury da APPD pediu aos demais vereadores que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Retomar-se-ia em seguida a votação do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a convocação a este parlamento da secretária municipal de Saneamento, Ivanise Gasparim, para prestar esclarecimentos quanto às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan para o município de Belém. Entretanto, o vereador Miguel Rodrigues retirou o requerimento, explicando ter aceitado sugestão do presidente da Casa, vereador Zeca Pirão. A vereadora Lívia Duarte pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando uma saudação dos parlamentares presentes à categoria dos condutores e condutoras de ambulância, cujos representantes acompanhavam a sessão na galeria. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Êmerson Sampaio solicitando a inserção nos Anais da Casa de documento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, intitulado “Indústria de Pavimento Ecológico”. Fizeram encaminhamentos os vereadores Êmerson Sampaio e Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. O presidente Amaury da APPD saudou então a categoria dos condutores de ambulância, dando boas vindas aos representantes presentes nesta Casa. Procedeu-se, a seguir, à leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a implementação da coleta seletiva em Belém. Fizeram encaminhamentos a vereadora Bia Caminha e o vereador Miguel Rodrigues. O vereador Fábio Souza pediu depois Questão de Ordem solicitando que um dos representantes da categoria dos condutores de ambulância pudesse falar da tribuna para que os parlamentares conhecessem suas reivindicações. O presidente respondeu que esta sugestão seria avaliada após a votação do requerimento da vereadora Bia Caminha. Em seguida,



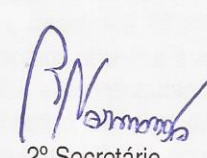
fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro e Zeca do Barreiro. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e sete votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Miguel Rodrigues. Posteriormente, através de um acordo de lideranças, aprovou-se a Questão de Ordem do vereador Fábio Souza. A seguir, subiu à tribuna o senhor Válber, representante da categoria dos condutores de ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu, e descreveu parte da rotina de trabalho desses profissionais. Assegurou que todos têm amor em servir a população e cuidar, fazendo o fluxo de pacientes para o SUS. A categoria lutava desde 2015 pela criação do cargo em nível municipal, com reconhecimento de que fazem parte de uma equipe de profissionais de saúde, recordou. Disse acreditar que tal objetivo seria alcançando, expressando estar emocionado com o apoio recebido dos parlamentares desta Casa a essa demanda. Agradeceu aos membros deste parlamento a recepção que aqui tiveram. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o presidente Amaury da APPD solicitou aos demais vereadores que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, às dez horas e cinquenta minutos, convocando todos os parlamentares a participar de uma reunião na sala VIP, anexa ao salão plenário. Estavam licenciados os vereadores Allan Pombo, Matheus Cavalcante e Neném Albuquerque. Justificaram suas ausências os vereadores Bioco, Mauro Freitas e Pablo Farah. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Renan Normando, Roni Gás, Miguel Rodrigues e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma, Zeca Pirão e John Wayne, pelo MDB; Juá Belém, Augusto Santos e Goleiro Vinícius, pela bancada do Republicanos; Lívia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 09 de novembro de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário